

EDITORIAL

Cada vez mais ouvimos falar de mortes de jovens negros e moradores de periferia, resultado da violência promovida pela atuação da força policial nas comunidades brasileiras. Assim como o aumento da violência heterocispatriarcal, mencionando as violências de gênero, feminicídios e toda violência contra corpos dissidentes - toda violência de caráter interseccional. Essa situação não pode ser isolada da história do Brasil e de suas relações coloniais e do colonialismo continuado com as grandes potências europeias. Ao mesmo tempo, está enraizada em um projeto filosófico iluminista que privilegia o homem branco, europeu e de sexo masculino. Isso nos leva à temática da violência de Estado e, quem sabe, à sua tendência ao extermínio de toda alteridade - seja física, cultural ou filosófica.

Apesar do impacto político dessa problemática, a grande mídia oficial, mesmo ao noticiar as ações violentas do Estado contra diversas expressões de vida que ameaçam os grandes projetos de controle urbano, nunca apresenta a questão em termos de um plano ostensivo de controle e eliminação de tudo que é diferente. Diante disto, e da ausência de ações eficazes para enfrentar essa questão, permanece sempre a lógica simplificadora de combater problemas que na maioria dos casos são falsos, contribuindo assim para a manutenção de um pensamento elitizado e estabelecido. Restam então perguntas que são essenciais: como caracterizar esta violência estatal? Será uma hipérbole tratar a ação violenta do Estado como uma prática perversa de genocídio?

Neste contexto, algumas vozes vêm ganhando cada vez mais ressonância. O antropólogo brasileiro Eduardo Viveiros de Castro, por exemplo, em seu *Metafísicas Canibais*, não cansa de denunciar o “teatro perverso” de teorias que tentam esconder seu congênito exotismo e primitivismo atrás da ideia de um *outro* sempre representado ou inventado “segundo os interesses sórdidos do ocidente”. Já o francês Pierre Clastres, em sua coletânea de artigos reunidos sob o título *Arqueologia da violência*, ao tentar explicar a relevância do conceito de etnocídio diante do extermínio cultural dos povos originários, expõe uma prática mortal inerente ao modo de produção do Estado ocidental. Para ele, é inevitável a terrível escolha deixada a grupos, etnias, povos e sociedades que se opõem aos planos da sociedade industrial com sua terrível máquina de produzir: “ou ceder à produção ou desaparecer; ou o etnocídio ou o genocídio”. Dito de outro modo, ou ceder à morte espiritual ou ao assassinato do corpo. Para Clastres, no etnocídio cultural ou no genocídio corporal o que está em jogo é sempre a morte, mas com suas durações diferentes, diz Clastres: “a supressão física e imediata não é a opressão cultural com efeitos longamente

adiados, dependendo da capacidade de resistência da minoria oprimida”. Contudo, afirma o antropólogo: “produzir ou morrer é a divisão do ocidente”. No caso brasileiro, onde essa escolha se faz presente de um modo tão evidente e após décadas de ostensivo etnocídio de grupos marginalizados, será que não entramos em uma fase mais perversa de um inevitável genocídio?

A *Revista Tapuia* acredita que estas questões estão longe de possuírem uma formulação adequada e muito menos uma solução definitiva. Este quinto número intitulado *Violências e autodefesas* tem por propósito dar a sua contribuição ao mapeamento do problema. Para tal, foram publicados os seguintes artigos:

Os estudantes Aline Oliveira Moraes e Flaviano Adolfo de Oliveira Santos Máscaras em *Entre Máscaras e Verdades: O Cordão da Mentira como Resistência Cultural e Política no Brasil Contemporâneo*, analisam a trajetória do bloco carnavalesco paulistano Cordão da Mentira, surgido em 2012, como manifestação de resistência política e cultural frente à continuidade das violências de Estado no Brasil contemporâneo. Com uma abordagem interdisciplinar, que articula referências da filosofia (Bakhtin, Arendt, Benjamin, Foucault, Krenak), este trabalho investiga o carnaval como espaço de subversão e memória. Assim, com uma metodologia qualitativa baseada em análise documental, registros audiovisuais e depoimentos de militantes e participantes, este estudo conclui que o Cordão é mais do que manifestação cultural: é um ensaio político-poético de rua, uma prática coletiva de memória e uma potente estratégia de resistência contra o esquecimento e a barbárie institucional.

O artigo *Uma filosofia por vir*, José Nicomedes em que enuncia um novo cenário para o ofício filosófico e suas filosofias correspondentes, apresentando a possibilidade de demolição das estruturas enrijecidas de certas tendências petrificadas e engessadas da produção filosófica. Foram utilizados procedimentos analíticos que visam a recolocação do problema: qual a significação do Mundo, do Humano e da Filosofia, sob a perspectiva da Contingência e da Violência e, sobretudo, de que modo essas questões estão relacionadas. Ao final, foram concluídos alguns fatos: destruir um certo mundo e também de um certo modelo do humano pode contribuir para proliferar maneiras distintas de filosofar.

A *antropofagia: uma trajetória sobre a apreensão do outro, seus saberes e conhecimentos* de Leo Ciaccio, onde propõe um retorno ao *Manifesto Antropófago* de Oswald de Andrade para mapear a sua importância como construção de uma pluralidade brasileira, problematizando se a antropofagia não extrapola o campo estético na medida em que ajuda a pensar um processo de descolonização do conhecimento. A partir do referencial teórico pós-estruturalista de Viveiros de Castro e do trabalho micropolítico de Suely Rolnik, será pensado modos de subjetivação na

relação com o outro e seu lugar. Assim, buscou-se criar os contornos dos campos de saberes nos quais a antropofagia pode ser compreendida, não mais de maneira unilateral, mas, sim, de acordo com os pontos de intersecção.

Natália Gomes de Andrade Silva e Leticia Thalia Sousa de Souza em *Relações de poder, violências e formas de resistência no Maranhão oitocentista* apresentam as relações de poder e as formas de resistência no Maranhão do século XIX. Com a proposta de dar voz a personagens da história que por muito tempo foram silenciados na pesquisa histórica, a uma população majoritariamente composta por sujeitos subalternizados, mostrou-se como o tratamento violento era naturalizado; como os ataques e repressões eram legalizados se tornando uma forma de manter o sistema de escravidão vigente. Mediante a leitura de documentos oficiais como os Relatórios do Presidente da Província, cruzados com as representações dos subalternos feitas na imprensa maranhense oitocentista, os autores apresentam uma realidade dura e cruel deste momento histórico brasileiro.

Analizando a teratologia de Nicolau Henrique Pereira da Silva Batista em parte das pesquisas a feminista radical trans-excludente Mary Daly, com o objetivo de acompanhar a apropriação positiva da figura do monstro pelo transfeminismo e também, posteriormente, pela teoria queer. O artigo privilegia as visões femininas e queer da monstruosidade presentes tanto na filosofia quanto na literatura. Em contraste com uma visão científica exposta em manuais de teratologia, propõe uma teratologia diferente daquela reconhecida pela história da ciência heterossexual fundamentada na diferença sexual. Essa produção de um conhecimento marginal quanto a apropriação da monstruosidade por dissidentes de gênero revela-se modos de exercer o que Paul Preciado chama de ciência do ânus.

Desejamos a todes uma leitura insurgente!